

**PODER** / Senadores pedem que Lewandowski reveja decisão sobre sabatina do ex-AGU. Em outra frente, grupo de parlamentares pressiona Pacheco a exigir a definição de uma data para CCJ avaliar indicado de Bolsonaro ao STF

# Em defesa de Mendonça

» INGRID SOARES  
» CRISTIANE NOBERTO  
» LUANA PATRIOLINO

Os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Jorge Kajuru (Podemos-GO) entraram com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), em nova tentativa de destravar a indicação do ex-advogado-geral da União André Mendonça à vaga na Corte. Eles tentam reverter a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que rejeitou o pedido dos parlamentares para obrigar o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a marcar a sabatina de Mendonça. O processo está **parado** na Casa desde 18 de agosto.

Vieira e Kajuru pedem que Lewandowski reveja sua decisão ou envie o processo para julgamento colegiado no plenário do tribunal. Segundo os parlamentares, a demora em realizar a sabatina configura “ofensa ao devido processo legislativo” e “revela violação frontal e direta do texto constitucional”.

Na última segunda-feira, Lewandowski arquivou o mandado de segurança impetrado pelos senadores. O ministro também entendeu que o assunto é “matéria interna” do Congresso Nacional, “insuscetível de apreciação judicial”.

O presidente Jair Bolsonaro — que indicou Mendonça à vaga aberta pela aposentadoria de Marco Aurélio Mello — culpou Alcolumbre pela demora e disse que o senador “age fora das quatro linhas da Constituição”. O presidente da CCJ também é pressionado por políticos e evangélicos, já que Mendonça é pastor presbiteriano.

Na quarta-feira, Alcolumbre reagiu aos ataques. Por meio de nota, disse sofrer “agressões de toda ordem”. “Querem transformar a legítima autonomia do presidente da CCJ em ato político e guerra religiosa”, protestou. “Reafirmo que não aceitarei ser ameaçado, intimidado, perseguido ou chantageado com o aval ou a participação de quem quer que seja.”

O senador chegou a pensar em descartar um encontro mediado pelo senador Flávio Bolsonaro (Republicanos -RJ) com o chefe do Executivo para uma pacificação em torno da questão. No entanto, segundo interlocu-

José Dias/PR



André Mendonça foi escolhido pelo presidente da República para ser o ministro “terrivelmente evangélico” no STF

## Longa espera

A indicação de um nome ao STF nunca demorou tanto tempo para ser avaliada pelo Senado. André Mendonça foi escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para ser o ministro “terrivelmente evangélico” na Corte. Ele precisará da maioria (41) dos votos dos 81 senadores para se tornar apto a ocupar o cargo.

res, a reunião ainda poderá ocorrer até o fim de semana.

A estratégia de Alcolumbre, conforme informações de bastidores, é tentar adiar ao máximo a sabatina para que Mendonça enfrente cada vez mais resistências e, assim, Bolsonaro indique outro nome ao STF, como o do procurador-geral da República, Augusto Aras.

## Pressão

Ontem, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), entregou ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), um requerimento com apoio de 16 dos 27 membros titulares da CCJ em favor da sabatina. O parlamentar também contou com apoio de 14 suplentes. A intenção é mostrar que Alcolumbre está agindo contra a vontade da maioria do colegiado.

O líder do governo argumentou que o prazo da CCJ para emissão de parecer é de 20 dias úteis, mas que o presidente do colegiado não solicitou formalmente à Mesa Diretora a prorrogação desse período. “Não tendo sido formalizada comunicação escrita à Mesa pelo presidente da comissão para a prorrogação do prazo, em face do não cumprimento do prazo, requeremos a imediata definição da reunião desta CCJ para realização da sabatina”, afirmou.

Pacheco, por sua vez, disse esperar que a sabatina ocorra “nas próximas semanas” e frisou não



**No caso, repita-se à exaustão, não se está diante de simples má interpretação de dispositivos regimentais; antes, estes foram solenemente ignorados”**

**Trecho do recurso dos senadores**

ver como pressão a iniciativa de Bezerra de reunir as assinaturas. Mas parlamentares cobram uma atitude do político mineiro. “Quem tem que fazer cumprir o regimento? É o presidente do Senado. Fazer cumprir a Constitui-

ção e o regimento é obrigação do presidente do Senado”, enfatizou o senador Esperidião Amin (PP-SC). “A pressão está assumindo proporções inéditas.”

Na opinião de Amin, Alcolumbre comete abuso de poder. “Ele não é um senhor feudal que tem o direito de obstruir. Isso é antirregimental”, destacou.

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) fez coro: “Não tem outra alternativa (a não ser a sabatina) e não cabe arquivamento. Independentemente de quem votar sim ou não, o Senado deve cumprir sua missão”, disse. “A postura de Alcolumbre é inusitada.”

Na avaliação do senador Humberto Costa (PT-PE) o ex-AGU foi deixado à própria sorte por Bolsonaro. “Ele é um candidato abandonado pelo governo. Já vi muitos nomes irem indicados para o Senado, mas o governo sempre ficava em cima para a aprovação”, observou. “A trava nesse nome se dá pela falta de pressão por parte do governo. Bolsonaro fala muito mais na mídia do que toma uma atitude.”

## Na pauta, divisão de emendas

» JORGE VASCONCELLOS

Durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, representantes das unidades da federação mais populosas reivindicaram, ontem, um novo critério de divisão das emendas de bancadas estaduais.

Para 2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) reservou, aproximadamente, R\$ 5,7 bilhões para esse tipo de emenda — cerca de R\$ 212 milhões por estado. O critério de distribuição desses recursos, de forma igualitária, desagrada aos parlamentares dos entes mais populosos.

A iniciativa para a realização da audiência pública partiu da deputada Adriana Ventura (Novo-SP). Ela considera o atual critério injusto e sugeriu que metade dos recursos seja repartida de forma proporcional à população de cada estado e do Distrito Federal.

“O que me move é uma indignação e a busca de justiça. O objetivo não é tirar dinheiro de nenhum estado, mas discutir os critérios. Existem outros meios que podem ser adotados e não foram suficientemente debatidos”, argumentou. “O papel da emenda de bancada tem sido desvirtuado. Não é apenas uma questão de justiça ao cidadão de São Paulo, Minas ou Bahia.”

Também representante de São Paulo, o deputado Alexandre Leite (DEM) alegou que há estados com oito deputados federais e três senadores, ou seja, 11 parlamentares, que têm à disposição cerca de R\$ 212 milhões. Já São Paulo, por exemplo, tem 73 parlamentares para os mesmos R\$ 212 milhões. “A conta não fecha”, criticou.

## Posição contrária

As reivindicações causaram reação imediata dos representantes dos estados menos populosos. O senador Marcelo Castro (MDB-PI) lamentou a realização da audiência pública, pois, segundo ele, trata-se de “uma matéria vencida e uma perda de tempo”. Conforme o senador, qualquer proposta de alteração do critério de divisão não tem chance de passar no Senado, que é a Casa da Federação e representa os estados.

“Quase todo ano, tem essa lenga-lenga na Comissão de Orçamento. Os maiores se colocando contra os menores. É um assunto que não deveria mais vir à baila. É uma perda de tempo insistir em uma coisa que não tem futuro. Não nos leva a nada”, disse Castro.

O representante do Piauí lembrou que o Brasil é um país continental, com disparidades regionais e que muitas nações têm políticas de desenvolvimento para diminuir a distância entre suas regiões. Ele destacou, ainda, que as emendas de bancada estaduais não são do deputado ou do senador, são do estado e, em geral, destinam-se a grandes obras estruturantes, que ultrapassam os limites municipais. “Vejo isso como egoísmo desenfreado, e egoísmo mata. Não é para isso que tornamos impositivas as emendas individuais e de bancada”, criticou.

A audiência pública foi conduzida pelo senador Izalci Lucas (DF), líder do PSDB no Senado. Diante das divergências, o parlamentar afirmou que o tema precisa continuar a ser debatido.

## Lula e Ciro trocam farpas

» CRISTIANE NOBERTO

A guerra entre PT e PDT ganhou mais um capítulo ontem, com novo bate-boca entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-governador do Ceará Ciro Gomes. Em entrevista à Rádio Grande FM de Dourados (MS), o petista disse que o desafeto foi “banal” e “grosseiro” nas afirmações que fez contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Ciro, por sua vez, publicou um vídeo em suas redes sociais no qual enfatizou ter colocado o dedo “na ferida do PT”.

Ao ser questionado a respeito das declarações do ex-governador sobre Dilma, Lula não mediu palavras. “Às vezes, penso no que Jesus disse na cruz: ‘Pai, perdoai os ignorantes, eles não sabem o que fazem’. Não sei se ele (Ciro) teve covid, mas dizem que quem tem covid tem sequelas, problemas no cérebro, algumas sequelas de esquecimento, porque não é possível que um homem que pleiteia a Presidência da República possa falar o que ele falou ontem (quarta).”

Em nota, Ciro afirmou que teve covid em outubro do ano passado e não ficou com sequelas. Disse que o petista, “com esse comentá-

rio infame, acaba de agredir milhões de mortos e sobreviventes da covid”. Ele também publicou um vídeo no Twitter no qual refaz os ataques. Acusou o PT de tentar esconder “o pior de sua história” e frisou que “a corrupção do governo Lula e a incompetência do governo Dilma” foram os principais responsáveis pelo surgimento do bolsonarismo.

“Duas pragas (corrupção e incompetência) que o PT semeou porque repetiu o modelo econômico, o tipo de governança, a cumplicidade com os corruptos profissionais, o recrutamento de técnicos incompetentes e pouco criativos de governos anteriores. A mesma coisa, aliás, que está fazendo a cria nojenta e involuntária deles, esta praga chamada bolsonarismo”, disparou. O ex-governador reafirmou que Lula teria atuado pela queda de Dilma. “Repito: Lula, sim, foi o maior fator de desestabilização do mandato de Dilma. Ele fez isso de forma às vezes consciente e de forma às vezes inconsciente. Fez isso tanto no passado remoto como nos momentos finais de agonia dela.”

Na véspera, em reação às acusações do pedetista, Dilma disse que ele “mente de maneira des-

Ricardo Stuckert/Instituto Lula/divulgação



Os desafetos, em encontro no ano passado: duros ataques, de olho nas eleições de 2022

carada” para ganhar popularidade e lamentou ter “em algum momento, dado a Ciro Gomes a minha amizade”.

Desde o início da pré-campanha, Ciro tem adotado a estratégia de dirigir ataques à candidatura de Lula, que lidera as pesquisas de intenção de votos, numa tentativa de atrair o eleitorado antipetista. Na última manifestação em prol do impeachment de Bolsonaro, que tinha o objetivo de reunir lideranças de esquerda, Ciro foi vaiado e alvo de uma tentativa de agressão por parte de manifestantes.

Após o incidente, o ex-governador sugeriu uma “trégua de

Natal” com o PT para temas relativos ao impeachment de Bolsonaro, mas a “trégua” não durou uma semana.

## Agressividade

Os ataques de Ciro são vistos por especialistas como tentativas frustradas de marcar posição como terceira via para as eleições de 2022. “Para ir ao segundo turno, ele precisa dessa parte do eleitorado e tende a rivalizar com Lula. Assim, por serem dois candidatos da esquerda, essa campanha do Ciro pode fazer com que Lula tenha maior desgaste com o eleitorado de cen-

tro, beneficiando o pedetista. Contudo, os fortes ataques também acabam ajudando (o presidente Jair) Bolsonaro, que ataca Lula e o PT sempre”, afirmou o cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice.

Segundo o cientista político Sérgio Praça, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a agressividade do ex-governador acaba por prejudicá-lo. “Quanto mais agressivo ele for, só será ruim para ele. Dessa forma, não vai tirar votos de Lula nem de Bolsonaro. Está numa posição difícil e não consegue se firmar como candidato de esquerda nem de terceira via”, destacou. (Com Agência Estado)